



RESUMO DE POLÍTICA

Desafios e Dinâmicas da Exploração e Gestão dos Recursos Naturais em Niassa

Sérgio Chichava

Esta publicação foi produzida com o apoio financeiro da União Europeia (UE). O seu conteúdo é da exclusiva responsabilidade dos autores e não reflete necessariamente a opinião da UE.

Imagem da capa: Canva, paisagem do Parque Nacional do Niassa em Moçambique.



The Network
for Religious
& Traditional
Peacemakers



This project is funded
by the European Union

Moçambique é um país extremamente rico em recursos naturais, a maior parte dos quais ainda inexplorados.

Dos recursos naturais mais notáveis e que tem atraído muita atenção podem ser apontados, entre outros, o carvão mineral, gás natural, rubis e grafite. Numa lista de 99 países, estatísticas mostram que Moçambique ocupa o 14º lugar dos países com maiores reservas mundiais de gás no mundo¹; 26º na lista mundial de 80 países com maiores reservas de carvão mineral²; 5º na lista dos países com maiores reservas mundiais de grafite numa lista de dez países³. Em Montepuez, na província nortenha de Cabo Delgado, encontra-se o maior e mais valioso depósito de rubis no mundo⁴. Para além disso, Moçambique, uma imensa e rica costa (a 4ª maior da África) e importantes áreas de conservação faunística e animal nomeadamente, o Parque Nacional da Gorongosa (PNG) e a Reserva Especial do Niassa (REN). Entretanto, a exploração e gestão destes recursos, embora recente, tem sido motivo de muita controvérsia, afirmando-se que geram mais riscos do que benefícios⁵.

Enquadrado no âmbito do projecto TIPS (Por a uma Sociedade Inclusiva e Pacífica em Moçambique) e tendo como caso de estudo, a província do Niassa, este texto, tem como objectivo analisar os desafios e as dinâmicas da exploração dos Recursos Naturais naquela região do país⁶.

1 Ver <https://www.worldometers.info/gas/>.

2 Ver <https://www.worldometers.info/coal/>.

3 <https://natural-resources.canada.ca/our-natural-resources/minerals-mining/minerals-metals-facts/graphite-facts/24027>.

4 Para mais detalhes, ver: <https://www.mining-technology.com/features/gemstone-mining-map-2/>.

5 Sobre o assunto, ver por exemplo, Rantala(2022).

6 O projecto TIPS, que para além do IESE inclui o IMD e a Finn Church Aid, tem essencialmente dois objectivos: (i) são contribuir para a prevenção de conflitos na gestão e exploração dos recursos naturais e (ii) contribuir para uma melhor inclusão social na gestão de recursos naturais em Moçambique. O projecto TIPS que é financiado pela União Europeia (EU) está em implementação desde 2021 e cobre cinco províncias nomeadamente Cabo Delgado, Niassa, Tete, Niassa e Inhambane.

A província do Niassa no norte de Moçambique, é a par de Cabo Delgado, a das que contém imensas reservas de rubis. Há também nesta província, ocorrência de ouro e grafite e é onde se encontra uma das importantes áreas de conservação faunística e animal, a REN. O trabalho resulta de entrevistas semiestruturadas efectuadas entre Junho e Julho de 2021 na cidade de Lichinga e nos distritos de Mavago e Lago na província do Niassa, envolvendo garimpeiros, organizações da sociedade civil (OSC) e funcionários de Estado.

Neste texto, a análise das dinâmicas e desafios da gestão e exploração dos recursos naturais em Niassa, foca em cinco aspectos: Exclusão no acesso a recursos naturais em virtude da cor partidária; Conflitos entre a REN e as comunidades locais; Elites locais e a usurpação de recursos naturais; Exploração de recursos naturais em zonas de fraca presença do Estado e a canalização pelo Estado de uma parte das receitas provenientes da exploração dos recursos naturais às comunidades locais.

Exclusão no acesso a recursos naturais em virtude da filiação partidária.

Este sentimento é sobretudo perceptível em áreas de grande predominância de antigos combatentes da FRELIMO, mais concretamente nos distritos do Lago e Mavago. Nestes locais, os antigos combatentes dedicam-se a mineração através de algumas associações ou cooperativas. Por exemplo, em Lupilichi (Lago) e Msawize (Sanga) a existência de outros partidos, particularmente da Renamo, é pouco tolerada, muito menos a participação dos seus membros na exploração dos recursos minerais nem para integrar as cooperativas ou associações mineiras locais. Os membros da oposição afirmam que são regularmente alvos de perseguição nas aldeias e nos locais de garimpo. A exclusão dos membros e simpatizantes de partidos políticos da oposição no acesso a mineração nestes locais é uma potencial fonte de descontentamento social com consequências imprevisíveis.

Conflito entre a Reserva Especial do Niassa e as comunidades locais.

A ocorrência de alguns recursos minerais como ouro e rubis dentro da REN e a necessidade que a comunidade local tem em explorá-los tem sido uma fonte permanente de conflito entre as duas partes. Tanto em Msawazi assim como em Lupilichi têm sido reportados conflitos entre os exploradores de recursos minerais, Forças de Defesa e Segurança (FDS) e guardas da REN. Muitas vezes, os exploradores de recursos minerais são vítimas de expropriação, acusados de mineração ilegal e de caça furtiva. Trata-se de conflitos antigos e que parecem não ter uma solução para breve. Em virtude disso, os antigos combatentes têm apresentado constantes reclamações não só para a resolução dos problemas acima mencionados, mas também para reclamar maior acesso na exploração de recursos naturais⁷.

Em 2012, por exemplo, os antigos combatentes queixaram-se ao antigo presidente Guebuza, das acções não só dos guardas da Reserva Especial do Niassa, mas também da polícia (African Review 2012). Os antigos combatentes afirmam que muitos dos seus filhos, que na prática são eles quem participam na actividade mineira visto os pais já serem idosos, tem sido vítimas de expropriação e prisão sendo apenas libertos após pagarem elevada caução. Igualmente, a mineração nestes locais (Msawize e Lupilichi) é também caracterizada pela presença de milhares de cidadãos estrangeiros, particularmente da Tanzânia e de alguns países da região dos grandes Lagos que também tem sido invariavelmente vítimas de expropriação e expulsão do país, acusados de mineração ilegal e de caça furtiva na Reserva Especial do Niassa.

Em 2022, a persistência destes conflitos levou os antigos combatentes a não só exigirem ao governo de Niassa mais oportunidades no acesso à mineração de rubis, como também a se queixarem dos maus-tratos protagonizados pelos guardas da Reserva Especial do Niassa (Yussuf 2022).

É preciso sublinhar que foram actos de violência contra garimpeiros em Montepuez protagonizados pelo Estado que entre outros contribuíram para o recrutamento de jovens para as fileiras do Al Shabaab em Cabo Delgado.

Evidências mostram que parte significativa de jovens dos distritos de Nangade e Mueda e Montepuez entraram no Al Shabaab para se vingar de acontecimentos de Namanhumbire em princípios de 2017, em que centenas de garimpeiros locais foram torturados violentamente, seus bens saqueados, tendo alguns perdido a vida, numa operação que visava a instalação da Montepuez Ruby Mining (MRM). Há também evidências de que a violência contra os garimpeiros e caçadores furtivos na REN teve também as mesmas consequências.

Podemos sustentar esta afirmação usando dois exemplos: um sobre Dardai Jongo em Cabo Delgado e outro sobre Maulana Cássimo Ali em Niassa, nomes mais sonantes da insurgência no norte de Moçambique.

Dardai Jongo, viveu a morte do pai após este ter sofrido fortes torturas nas minas de rubi de Montepuez. Segundo as informações que apuramos, o pai do Dardai Jongo teria sido torturado pelos guardas da MRM, localmente conhecidos por homens catana (Anakatana em Macua). A morte do Jongo pai, teria sido, segundo relatos locais, uma das razões que levou Dardai Jongo a ingressar no Al Shabaab. Dardai Jongo, tido como um dos líderes do Al Shabaab ficou famoso entre outros, quando em Abril de 2019 colocou no seu perfil do Facebook, a bandeira do Estado Islâmico e também quando foi apresentada uma arma com sua assinatura pelo exército ruandês em 2021.

⁷ Esta não era a primeira vez que os antigos combatentes reclamavam o acesso à mineração. Ver por exemplo, Notícias (2018).

Em Niassa, acredita-se que a radicalização do jovem Maulana Ali Cássimo, que era um dos rostos mais visíveis da insurgência (antes de ser morto pelas forças governamentais em finais de 2021), se explica entre outros, pela sua indignação em relação à atitude das autoridades em relação aos garimpeiros de Mariri, na localidade de Mbamba, distrito de Mecula e a caçadores furtivos na REN (Feijó 2021)⁸.

Entretanto, parece que não foram tiradas lições do caso de Namanhumbir. Muito recentemente, foi noticiada a retirada compulsiva de cerca de quatro mil garimpeiros da mina de ouro de Nsonguedzi, no Distrito de Chifunde, Província Tete.

Porque é que não se encontram formas de colaboração entre as empresas mineradoras e os garimpeiros? Porque desestruturar vidas de pessoas que durante anos viveram do garimpo, sem lhe dar alternativas de sobrevivência? Estas são algumas questões que merecem reflexão profunda por parte das autoridades, investidores, Organizações da Sociedade Civil que trabalham no sector extractivo.

Localmente, as pessoas, sobretudo os jovens, perguntam se porque é que apenas alguns Moçambicanos é que tem direito a usufruir dos RN em Moçambique e não a maioria? Se para ter acesso a RN é preciso ter “costas quentes”?

Elites locais e a usurpação de recursos naturais.

À semelhança de outros locais onde a pesquisa teve lugar, em Niassa existe também uma percepção negativa da actuação de algumas figuras políticas ligadas ao partido no poder, maioritariamente naturais de Niassa, particularmente no sector dos recursos minerais e das terras. Estas figuras são vistas como tendo se apoderado de vastas porções de terra nesta província. Um dos exemplos mais citados, é o caso das terras à volta da praia de Chiuanga, no Lago Niassa e de Lichinga, na capital do Niassa. As pessoas por nós entrevistadas, não se opõem a que essas terras possam estar na posse da elite, mas segundo eles, estão contra a maneira como são adquiridas ou atribuídas, considerando o processo

⁸ Sobre a violência contra os garimpeiros de Montepuez ver, Chichava (2020) Sobre Maulana Ali ver, também, Chichava (2022).

como não transparente. Também mostram-se agastados com o facto de muita terra na posse desta elite estar a ser, pouco explorada. Existe ainda a percepção de que o sector de mineração é dominado por esta elite. Igualmente, esta elite é vista como conivente no já velho e crónico problema da exploração ilegal da madeira em colaboração com cidadãos estrangeiros, particularmente com cidadãos chineses.

Por estas razões, localmente existe a percepção de serem estas figuras políticas uma das causas da perpetuação da pobreza e de conflitos nesta província.

Fraca capacidade do Estado em controlar o seu território, abrindo espaço para a exploração ilegal de recursos naturais (zonas fora do controlo do Estado).

Outro aspecto tem a ver com a existência de áreas de exploração ilegal de recursos naturais, por parte de cidadãos estrangeiros (particularmente Tanzanianos), onde o Estado não exerce nenhum controle. Em geral, trata-se de áreas de difícil acesso, como alguns pontos de Lupilichi. É o caso da aldeia de Mpapa, que segundo relatos locais foi criada e é dominada por cidadãos Tanzanianos que exploram o ouro a seu bel prazer devido a fraca fiscalização do Estado. É preciso sublinhar, a existência por toda a província de conflitos que opõem o Estado e cidadãos estrangeiros, sobretudo tanzanianos, acusados de explorar ilegalmente recursos naturais. Esta situação já levou a detenção e expulsão massiva de cidadãos daquele país, criando uma situação de mal estar entre os dois países⁹.

Embora com algumas especificidades locais, os problemas relatados em relação gestão e exploração dos RN em Niassa, foram encontrados em todos os locais onde fizemos pesquisa, como por exemplo, na localidade de Nairoto, em Montepuez, província de Cabo Delgado¹⁰.

⁹ Ver por exemplo, Saúte (2010).

¹⁰ Sobre Nairoto, Carta de Moçambique (2022).

Portanto, os problemas relatados sobre Niassa, mostram que esta província não é uma ilha e refletem os desafios com que o sector dos RN se debate em todo o país.

A tensão ao redor da REN, é ainda exacerbada pelo facto de na mesma área em que a comunidade foi proibida de explorar rubis, ter sido concessionada a Fura Gemy, uma empresa de capitais nacionais e estrangeiros. Esta situação deixa perplexas as comunidades, que dizem não entender, porque uns podem ter acesso `exploração de recursos naturais na zona tampão da REN, enquanto a outros, é lhes vedada sob pretexto de ser uma zona protegida (Omar 2023).

Sobre os 20% e os 2.75%.

De acordo com a legislação mineira, terra e ambiente, todas as comunidades que residem nos locais onde são explorados recursos naturais tem direito a uma compensação por parte das empresas que exploram localmente. Para a extracção de recursos florestais foi estabelecida a percentagem de 20% e para os minerais, 2.75%. Para a recepção dos fundos, as comunidades devem se organizar em Comités de Gestão dos Recursos Naturais (CGRN). Porém, a canalização destes fundos tem sido motivo de controvérsia em todo país.

Para além da demora na sua canalização e nalguns casos, não há canalização, diferentes Comités de Gestão dos Recursos Naturais (CGRN) bem como OSC se queixam da interferência do Estado e do Governo no uso dos 20%: Dizem que o as autoridades ditam onde e como devem ser usados os 20%; que a comunidade não tem autonomia para decidir o que acha melhor fazer com os 20%; isto em parte pode levar a concluir que o Estado e o Governo pensam que as comunidades não sabem o que é melhor para eles; o que algumas vezes pode não ser verdade; Nalguns casos, por não receber os 20%, a população, particularmente os CGRN colaboram com os furtivos.

Outro aspecto tem a ver com a legalização das actividades dos CGRN, um processo bastante moroso e penoso. Para que um CGRN tenha existência deve requerer autorização ao Estado e ter os seus estatutos publicados no Boletim da República. Este processo para além do seu custo monetário, exige que os membros tenham documentos de identificação. Para a recepção dos fundos, o CGRN deve ter uma conta

bancária. O mesmo se aplica às associações ou cooperativas que dedicam a mineração, que também enfrentam desafios para a sua legalização e funcionamento. As principais dificuldades neste processo de legalização dos CGRN e das associações ou cooperativas mineiras tem a ver não só com o custo do processo que está aquém das possibilidades das comunidades locais, mas também com a enorme burocracia envolvida e a falta de documentos de identificação, que localmente são praticamente impossíveis de obter, dada a precariedade dos serviços públicos.

As dificuldades na legalização, colocam os garimpeiros, especialmente os não ainda legalizados, expostos à perseguição pelas autoridades.

Recomendações

1. Em relação aos 20% e 2.75%.

Tratando-se de zonas que tem fracos serviços públicos, deve-se adaptar a legislação às condições locais. Por exemplo, para a legalização dos CGRN, canalização dos fundos, não se pode exigir às comunidades locais, o mesmo que exige às comunidades que vivem próximos das cidades. A canalização dos fundos, onde não há serviços bancários, pode ser feita via serviços de telefonia movel como por exemplo, M-Pesa.

2. Conflito entre as comunidades locais e REN.

A REN e as OSC, Estado e comunidades locais, devem estabelecer uma plataforma que permita uma coexistência harmoniosa e mutuamente benéfica. O estabelecimento de projectos sociais que visam o empoderamento das comunidades locais, à semelhança dos que estão em implementação no PNG, pode ser uma das saídas. Igualmente, é preciso encontrar uma forma de as comunidades locais, poderem explorar RN dentro da zona tampão da REN sem pôr em causa as suas vidas nem as dos animais.

3. Zonas fora do controlo do Estado.

Sendo um risco enorme para o país, o reforço das capacidades do Estado nestes locais deve ser uma absoluta prioridade. Caso não forem tomadas decisões corajosas e arrojadas, corre-se o risco de o país continuar a perder imensos recursos, mas também de fragmentação e conflitos.

Referências

- Carta de Moçambique (2022). Tanzanianos exploram ilegalmente recursos minerais em Montepuez. Disponível em: <https://cartamz.com/index.php/sociedade/item/11783-tanzanianos-exploram-ilegalmente-recursos-minerais-em-montepuez>.
- Chichava, Sérgio. 2022. A Frelimo criou o “Al Shabaab?”. Uma análise às eleições de 15 de Outubro de 2019 a partir de Cabo Delgado, Cadernos IESE nº 18P. Disponível em https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2020/09/CadernosIESE-18_SChichava.pdf.
- Chichava, Sérgio. 2022. “Maulana Ali Cassimo: insurgência no norte de Moçambique vista do Niassa”, IDelIAS Nº 147P. Disponível em <https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2022/03/ideias-147P-SC-1.pdf>.
- Integrity Magazine 2022. Disputa na exploração de Rubi divide população e Fiscais da Reserva do Niassa. Disponível em: <https://integritymagazine.co.mz/arquivos/877>.
- Lusa 2006. Tanzânia preocupada com expulsão de garimpeiros de Niassa. Disponível em: https://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2006/11/tanznia_preocup.html.
- Omar, Omardine 2023. “Governo autoriza exploração de rubis em quantidades industriais na Zona tampão da Reserva do Niassa”, Integrity Magazine. Disponível em <https://integritymagazine.co.mz/arquivos/10665>.
- Rantala, Janne. 2022. Grande Riqueza, Poucos Beneficiários: Percepções Locais da Gestão dos Recursos Naturais em Moçambique, Relatório de Pesquisa. Disponível em : <https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2022/10/research-report-portuguese-vers.pdf>.
- Saúte, Cláudio 2010. Governo expulsa centenas de garimpeiros estrangeiros, Canal Moz, Maputo.